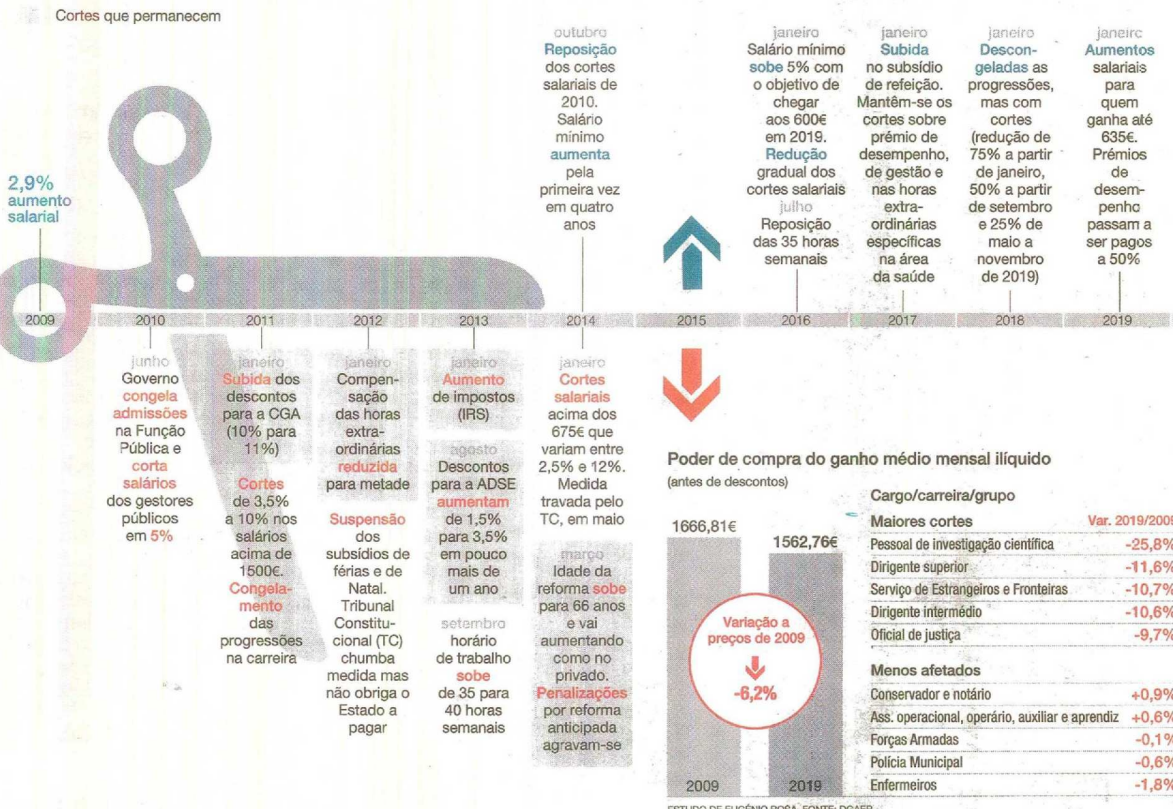




Cronologia da evolução dos rendimentos no Estado



TRANSPORTES
Programa para reduzir passes ganha 46 milhões

O programa para reduzir os preços nos passes dos transportes públicos vai ter mais 46 milhões de euros. Em 2020, o programa PART vai contar com um orçamento total de 152,57 milhões de euros, depois de o Estado vai ajustar o montante dado ao programa entre abril e dezembro deste ano a todo o próximo ano. As autarquias terão de participar em pelo menos mais 11,3 milhões de euros. A proposta vai constar do Orçamento do Estado. D.F.N.

Governo impõe à Função Pública aumento de 0,3% no próximo ano

Executivo anunciou atualização em 2020 para todos. Valorização salarial total vai custar 715 milhões

Paulo Ribeiro Pinto paulo.pinto@dinheirovivo.pt

ORÇAMENTO Nem 0,2% nem 0,7%. Os funcionários públicos terão aumentos salariais de 0,3% no próximo ano, ou seja, igual ao valor da inflação calculada pelo Instituto Nacional de Estatística para novembro. A atualização salarial – que inclui revisão de carreiras e outros direitos – está orçada

em 188 milhões de euros, aos quais se juntam os 527 milhões previstos para a despesa com progressões e promoções. Um total de 715 milhões. São mais 49 milhões do que este ano, o que corresponde a um aumento da despesa média de 3,2% por trabalhador. Os valores dançaram ao longo da tarde de ontem no intervalo das reuniões entre os sindicatos representati-

vos dos trabalhadores do Estado e o Governo. O primeiro valor foi avançado pelo secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap) que depois do encontro falou de aumentos entre os 0,2% e os 0,7%, seguindo a fórmula de cálculo para a atualização das pensões em 2020. Um dado que obrigou o Ministério das Finanças a emitir uma nota de esclarecimento.

PORMENORES

Férias
O Governo recuou e deixou cair a proposta apresentada aos sindicatos que previa que os funcionários públicos mais antigos que estivessem de baixa prolongada perdessem dias de férias, disse o líder da Fesap, José Abraão.

Prémios
Os prémios de desempenho atribuídos aos funcionários públicos poderão voltar a ser pagos a 100% em 2020. Contudo, esta atribuição será destinada a quem tem melhor avaliação e mediante a disponibilidade orçamental. A proposta será discutida amanhã.

Classificação
A avaliação que os utentes fazem dos serviços públicos vai ter um peso nunca inferior a 50% na classificação dos funcionários.

“O Governo apresentou em reunião de negociação coletiva com as estruturas sindicais a proposta de atualização salarial para 2020 e 2021. A proposta considera como referencial para aumentos salariais de 2020 a taxa de inflação observada até novembro de 2019 (de 0,3%, para todos os trabalhadores)”, esclareceu o gabinete de Mário Centeno em comunicado. “Com este aumento da tabela salarial, a vigorar já em 1 de janeiro de 2020, a atualização média da despesa com pessoal em 2020 ascenderá assim a 3,2%”, concluiu o comunicado.

FRENTE COMUM CRITICA
Sobre este argumento, Ana Avoila da Frente Comum de Sindicatos carregou nas palavras. “Podemos chamá-los mentirosos porque é isso que temos de lhes chamar”, começou por dizer a dirigente sindical, acrescentando que “o que o Governo acabou de fazer foi malabarismo em números juntando custos de trabalho que é obrigado a ter para passar para a opinião pública que

vai dar aumentos aos trabalhadores da administração pública de x% quando não é verdade”, acusou. “Isto é um insulto aos trabalhadores”, assinalou Ana Avoila, garantindo que “não abdica de propor os 90 euros para todos os trabalhadores porque para ficarem iguais a 2009 tinham de ter em média 133 euros de aumento e é isso que está em causa”. O secretário de Estado do Orçamento, João Leão, explicou que o peso da despesa com pessoal decorrente das progressões e descongelamento já atinge um valor a rondar os 527 milhões de euros, deixando entender que não há margem para maior reforço. “Para 2021, o Governo propõe que a atualização salarial seja igual à taxa de inflação de 2020 inscrita no próximo Orçamento [1,2 a 1,4%]. De forma a proteger o poder de compra dos trabalhadores, no caso em que a taxa de inflação em 2020 se situe acima desta previsão, o aumento corresponderá à taxa efetivamente observada”, avançava a nota do Ministério das Finanças. ●